

# O PROBLEMA DA EXISTÊNCIA DE DEUS NAS «QUAESTIONES DISPUTATAE DE MYSTERIO TRINITATIS» DE S. BOAVENTURA

por  
ÁLVARO JOSÉ DOS PENEDOS

O problema da existência de Deus, a apresentação de «provas» para tornar essa mesma existência como apodítica foi, como é óbvio, uma constante da filosofia medieval. E entre essas provas, uma sobressaiu não só pelo número de adeptos conquistados, como pelas críticas agudas que suscitou — referimo-nos ao chamado argumento ontológico.

Foi St.<sup>o</sup> Anselmo <sup>(1)</sup> que apresentou pela primeira vez da maneira mais explícita este célebre argumento que irá ser retomado e defendido nos séculos XIII e XIV, sobretudo pela Escola Franciscana. S. Boaventura, pilar do franciscanismo do séc. XIII, e no seu tempo um dos mais insignes mestres na Universidade de Paris, tratou também do problema da existência de Deus nos «Quaestiones Disputatae De Mysterio Trinitatis» <sup>(2)</sup>, tal como já tinha acontecido nos «Commentarii». <sup>(3)</sup> E nas «Quaestiones» ocupando lugar de destaque surge-nos o argumento ontológico.

---

<sup>(1)</sup> Proslogion, cap. II.

<sup>(2)</sup> As «Quaestiones Disputatae de Mysterio Trinitatis» teriam sido compostas cerca de 1253-1254. Cfr. «Obras de San Buenaventura», Tomo I, 2.<sup>a</sup> ed. B. A. C., Madrid, MCMLV, pág. 46.

<sup>(3)</sup> Os «Commentarii» teriam sido escritos entre 1250-1252. Cfr. «Obras de San Buenaventura», tomo I, pág. 46.

---

Como se apresenta o problema da existência de Deus nas «Quaestiones», qual a originalidade do argumento ontológico bonaventuriano nesta mesma obra, constituem os temas destas breves considerações.

\*

Tal como nos «Commentarii», o problema da existência de Deus põe-se nestas «Quaestiones» como um preâmbulo ao estudo da Santíssima Trindade e deveremos verificar desde já, que este problema não ocupa extensão notável no contexto das obras bonaventurianas.

A questão que se apresenta é a de saber «se a existência de Deus é uma verdade indubitável». (4)

Pode-se tratar este problema de três maneiras ou por três vias que assentam nas seguintes afirmações:

1. «Toda a verdade impressa em todas as mentes, é verdade indubitável»;
2. «Toda a verdade que é patenteada por toda a creatura, é verdade indubitável»;
3. «Toda a verdade certíssima e evidentíssima em si mesma, é verdade indubitável». (5)

Seguindo doutrina já expandida nos «Commentarii», S. Boaventura defende que o Homem não podendo compreender totalmente a Essência Divina não pode porém negar ou ignorar a Sua existência.

Assim seguindo a primeira via, S. Boaventura tenta mostrar como o conhecimento de Deus está presente no espírito humano.

O Homem possui o desejo da Bem-aventurança, que é afinal o Sumo Bem. Mas, o Sumo Bem é Deus, e como o desejo pressupõe um certo conhecimento, esse mesmo conhecimento diz respeito a Deus. Para chegar a tal conclusão forçoso é que este conhecimento se radique na alma humana para ser descoberto através da meditação.

Idêntica consideração se pode fazer a respeito do desejo de paz.

---

(4) «Quaestiones Disputatae de Mysterio Trinitatis» in «Obras de San Buenaventura», tomo V, B. A. C. Madrid, 1948, pág. 94.

(5) Op. cit., pág. 94.

É um sentimento de tal maneira forte que os demónios e condenados não o podem destruir.

Ora a paz não pode ser alcançada senão no Ser Imutável e Eterno — Deus. De onde se conclui, que este desejo pressupõe o conhecimento do Ser Imutável e Eterno que se encontra impresso no espírito.

Como fecho desta série de argumentos, S. Boaventura afirma que a alma está presente a si própria e se conhece também a si própria. E como Deus está presente no espírito humano, este pode conhecer a existência de Deus. Com vigor extraordinário, S. Boaventura combate aqueles que afirmam que o conhecimento de Deus não pode estar presente no Homem por não haver paridade entre a alma e Deus:

«Se replicas que não há paridade porque a alma é proporcionada a si mesma, mas Deus não é proporcionado à alma, respondo que a objecção é nula, pois se o conhecimento exigisse necessariamente a proporcionalidade, a alma nunca alcançaria o conhecimento de Deus, nem por natureza, nem pela graça, nem pela glória». (6)

A segunda via assenta no argumento conhecido por contingência dos seres actuais. Dez provas são aduzidas nesta defesa, constituindo portanto ramificações do argumento da contingência.

Ilustramos esta segunda via com três das provas empregadas:

1. Se existe um ser posterior, existe também o anterior do qual o primeiro depende. Ora a totalidade dos seres posteriores mostram-nos que existe o ser primeiro.

Se é necessário admitir que há nas criaturas anterior e posterior, também é necessário admitir «que a totalidade das criaturas proclama que há um primeiro princípio»;

2. Se existe o ser causado por outro, existe também o ser incausado, porque nada passa do não ser ao ser, por si mesmo. Portanto, é necessário que exista um ser que seja a primeira razão da produção e este ser é o Ser Incausado ou Increado, isto é Deus;

---

(6) Op. cit., pág. 98.

3. Se existe o ser composto, existe também o ser simples, porque o ser composto não pode possuir o ser por si; portanto, é necessário que tire a sua origem do ser simples. Mas o Ser Simplicíssimo que dispensa todo o composto é Deus. (7)

Ao terminar os argumentos que compõem a segunda via, S. Boaventura diz-nos que de todas as diferenças do ser se infere a existência do Ser Absoluto.

\*

A terceira via empregada pelo Doutor Seráfico, reduz-se ao chamado argumento ontológico na esteira de St.<sup>o</sup> Anselmo. Segundo nos parece, é este argumento o preferido por S. Boaventura, que o apresenta matizado pela sua atitude pessoal.

Vejamos em primeiro lugar como é que o argumento ontológico é apresentado pelo Arcebispo de Canterbury. O célebre argumento anselmiano ao que nos parece, apresenta-se como um todo; o seu núcleo é um ponto de partida e um ponto de chegada. Por isso, consideramos este argumento como uma unidade.

«Cremos que Tu és algo acima do qual nada de maior se possa pensar (8)» — eis um ponto de partida, eis um ponto de chegada.

Mas para este «algo» ser o «maior», terá necessariamente de existir não só no pensamento como na realidade («et in intellectu et in re»). Pois se existisse só no entendimento, poderíamos pensar algo, que existisse também na realidade o qual seria maior.

E assim St.<sup>o</sup> Anselmo conclui que este algo «não pode pensar-se que não exista» (9).

A existência de Deus é uma verdade indubitável e certa, conclusão totalmente aceite por S. Boaventura como veremos dentro em pouco.

Mas o argumento ontológico, já no século XI é alvo de uma

---

(7) Cfr. Op. cit., págs. 98 e seguintes.

(8) «Et quidem credimus te esse aliquid quo nihil maius cogitari potest.» (Proslogion, cap. II).

(9) Proslogion, cap. III.

crítica que poderemos considerar como o protótipo de todas as críticas feitas a este argumento. Foi Gaunilão, que em um opúsculo célebre «Resposta a favor do insensato» (10) apresentou a objecção, que seria mais tarde repetida por diversas vezes.

Eis a crítica de Gaunilão:

«...diz-se que algures no Oceano existe uma ilha, a qual pela dificuldade, ou melhor, pela impossibilidade de encontrar o que não existe, chamam alguns Perdida e da qual se contam mais coisas do que as que se atribuem às Ilhas Afortunadas; aprecia-se a sua inestimável abundância de todas as riquezas e delícias e não estando habitada ultrapassa completamente todas as outras terras habitadas pelos homens, dada a abundância dos seus produtos. Eu entenderia facilmente alguém que me narrasse tal coisa e em cuja compreensão não há qualquer dificuldade. Mas se então tirasse alguma consequência e acrescentasse:

— não podes duvidar daqui em diante, que esta ilha superior a todas as terras, exista realmente nalgum lugar. Ela existe também no teu entendimento e não de modo duvidoso, e porque é a mais importante, não existe só no entendimento mas também na realidade; é pois necessário que exista, porque se não existisse, qualquer outra terra existente na realidade, seria mais importante do que ela, e ela mesma pensada por ti como a mais importante, não seria a mais importante»; se com estas palavras me quizesse convencer da existência desta ilha, acreditaria que brincava comigo ou então não saberia a quem julgar mais insensato: se eu que me prestava a tais argumentos ou ele que pensava ter afirmado com certeza a existência desta ilha». (11)

Vejamos agora qual a atitude tomada pelo Doutor Seráfico, defensor, como dissemos, do argumento ontológico, perante esta crítica.

---

(10) Gaunilão, monge de Marmautier, escreveu este opúsculo, ao qual S. Anselmo respondeu. Esta polémica marca o primeiro momento duma disputa que chegou até aos nossos dias.

(11) «Obras Completas de San Anselmo», I, B. A. C. Madrid, 1952, pág. 412.

S. Boaventura considera que não há semelhança entre o Ser Divino e a Ilha Perdida. Entrando numa crítica extraordinariamente minuciosa, o Doutor Seráfico sustenta que o predicado Perfeitíssimo se deve aplicar única e exclusivamente a Deus, único sujeito capaz de compreender tal predicado. Eis as próprias palavras de S. Boaventura:

«Nenhuma repugnância se dá aqui, entre o sujeito e o predicado, podendo por conseguinte, pensar-se racionalmente»<sup>(12)</sup> a proposição. Encarando a segunda parte da crítica, ele diz-nos que a Ilha é um ser defectivo («defectivum»), isto é, um ser corruptível entanto que criado. Ora, para um ser sujeito à corrupção, o predicado Perfeitíssimo repugna porque entre os seus termos há uma contradição: teremos de constatar que o perfeitíssimo só pode existir no Incriado (que é a Perfeição) e que no ser criado só existe a mutabilidade, que é a ausência da perfeição.

Consideramos que a defesa do argumento ontológico feita por S. Boaventura é pertinente e marca um dos momentos mais altamente filosóficos do mestre franciscano. Mas S. Boaventura não fica apenas na defesa do argumento, vai conferir-lhe uma nova formulação, tornando-o, ao que nos parece mais incisivo. E seguindo uma linha coerente, pretende mostrar, que a existência de Deus é uma verdade evidente que se pode patentear com a simplicidade de um axioma.

Vejamos agora o raciocínio bonaventuriano.

Segundo Boécio, S. Boaventura defende que a proposição mais verdadeira é aquela em que uma coisa se predica em si mesma. Portanto, quando se enuncia a proposição *Deus existe*, a existência que se predica é idêntica a Deus, porque Deus é a sua própria existência. Por isso S. Boaventura diz claramente que «nenhuma proposição é mais verdadeira e evidente do que aquela em que se diz que Deus existe».<sup>(13)</sup>

A existência de Deus é tão evidente que o enunciado da proposição nos fala da sua veracidade. E vejamos agora como S. Boaventura enuncia o argumento ontológico.

A proposição «o óptimo é óptimo» é verdadeira, mas o óptimo é um ser perfeitíssimo e todo o ser perfeitíssimo é actual, portanto

---

<sup>(12)</sup> Op. cit., pág. 116.

<sup>(13)</sup> Op. cit., pág. 106.

conclui-se que «se o óptimo é óptimo, o óptimo existe». É portanto a partir desta proposição, que é um mero preliminar do seu argumento, que ele enuncia a seguinte proposição: «se Deus é Deus, Deus existe». (14)

\*

Nesta breve exposição, quisemos fazer ressaltar o interesse que o argumento ontológico suscitou ao Doutor Seráfico. De facto, assistimos a uma crítica minuciosa aos pontos fulcrais da objecção levantada contra este argumento. E acrescentamos mesmo, que a atitude bonaventuriana é mais incisiva, porque mais directa do que aquela que foi assumida pelo próprio St.<sup>o</sup> Anselmo (15).

A formulação do argumento ontológico pelo Mestre franciscano, «si Deus est Deus, Deus est» é como já dissemos anteriormente mais simples, mais concisa do que a do Arcebispo de Canterbury.

Na verdade, é do simples conceito de Deus que deriva imediatamente a Sua própria existência, «pois a ideia de Deus é já o Ser de Deus» como diz Lavelle. (16)

E como remate final, poderemos perguntar, qual a razão que teria levado S. Boaventura a colocar em lugar de destaque o argumento ontológico.

---

(14) «...si Deus est Deus, Deus est; sed antecedens est adeo verum, quod non potest non esse; ergo Deum esse est verum indubitabile». (op. cit., pág. 106).

(15) «...ac si aliquis insulam oceani omnes terras sua fertilitate videntem, quae difficultate immo impossibilitate inveniendi quod non est, «perdita» nominatur, dicat idcirco non posse dubitari vere esse in re, quia verbis descriptam facile quis intelligit. Fidens loquor, quia si quis invenerit mihi aut re ipsa aut sola cogitatione existens praeter «quo maius cogitari non possit», cui aptare valeat connexionem huius meae argumentationis: inveniam et dabo illi perditam insulam amplius non perdendam. Palam autem iam videtur, «quo non valet cogitari maius», non posse cogitari non esse, quod tam certa ratione veritatis existit. Aliter enim nullatenus existeret. Denique si quis dicit se cogitare illud non esse, dico quia cum hoc cogitat, aut cogitat aliquid quo maius cogitari non possit, aut non cogitat. Si non cogitat, non cogitat non esse quod non cogitat. Si vero cogitat, utique cogitat aliquid quod nec cogitari possit non esse. Si enim posset cogitari non esse, cogitari posset habere principium et finem. Sed hoc non potest. Qui ergo illud cogitat, aliquid cogitat quod nec cogitari non esse possit. Hoc vero qui cogitat, non cogitat idipsum non esse. Alioquin cogitat quod cogitari non potest. Non ergo potest cogitari non esse, quo maius nequit cogitari. (S.to Anselmo, «Apologia contra Gaunilo», cap. III).

(16) Introduction à L'Ontologie, P. U. F. Paris, 1951, pág. 22.

---

Ao que nos parece, a resposta terá de ser procurada no próprio clima em que se gerou e consolidou o franciscanismo. É que o fundador deste movimento, esse trovador que foi S. Francisco de Assis, considera toda a critura como uma manifestação da Divindade. O universo, não fazia mais do que proclamar nas suas manifestações a glória de Deus. Dentro desta linha, irá também considerar S. Boaventura, que no universo, no homem, nas manifestações humanas se encontram os vestígios e as imagens de Deus, que atestam portanto de uma maneira indubitável a Sua existência.

E não será a própria ideia de Deus impressa no entendimento, a imagem mais clara e mais indubitável da existência da Divindade, imagem essa que por si mesma constitua uma prova autónoma, analítica daquela mesma existência?

Eis um ponto de vista que expressamos como hipótese e que evidentemente necessitaria de um indagação posterior.

*Dezembro de 1966*